

1 **CONSELHO DE GESTÃO DE PESSOAS**

2 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA (Processo SEI 23112.023127/2021-78)**

3 Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, o  
4 Conselho de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de São Carlos,  
5 previamente convocado por meio do **Ofício nº 07/2021/CoGePe/ProGPe**, de  
6 29/11/2021, reuniu-se virtualmente em primeira reunião ordinária, por meio da  
7 plataforma Google Meet, no link <https://meet.google.com/jsd-izmm-kjh>. Após a  
8 instalação do quórum necessário para a reunião, a presidente, Sra. Jeanne Michel,  
9 congratulou-se com todos os membros que se encontravam conectados, iniciando  
10 a presente reunião, tratando dos pontos que seguem. **1. EXPEDIENTE. 1.1.**  
11 **Comunicações da Presidência. 1.1.1. Recebimento de solicitação do DFil.** A  
12 presidência informou que foi recebida uma solicitação de pauta vinda do DFil para  
13 que seja retornada a prova didática em processos seletivos de professores  
14 substitutos. Por ser uma questão operacional, foi decidido que não seria matéria de  
15 pauta, pois existe resolução do ConsUni sobre o tema de atividades presenciais na  
16 Universidade. Dessa forma, solicitou à diretoria do CECH, Profa Ana Cristina que  
17 comunique o DFil que a etapa adicional de prova didática será retomada, mas ainda  
18 sem um modelo de como será sua aplicação. **1.1.2. Comissão de Revisão da**  
19 **Resolução ConsUni nº 819/2015.** A presidência comunicou que se reuniu com os  
20 coordenadores da Comissão, prof. Clóvis e profa. Marta, informando que já houve  
21 avanços significativos nos trabalhos, estando em etapa de finalização, que consiste  
22 em reuniões com os Pró-Reitores de Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação e  
23 Extensão. Profa. Jeanne Michel informa, ainda, que existe um alinhamento entre os  
24 trabalhos das Comissões de avaliação de desempenho docente com as  
25 subcomissões do modelo de Esforço Docente coletivo dentro de cada  
26 departamento. **1.1.3. Comissão de Esforço Docente (CMEDoc).** A presidência  
27 comentou que as subcomissões responsáveis por levantar indicadores relacionados  
28 a Estágios na Graduação, bem como a Ações Extensionistas, já apresentaram  
29 resultados preliminares, enquanto a subcomissão envolvendo o Esforço Docente  
30 referente a Pesquisa e Pós-Graduação está se debruçando em selecionar e definir  
31 os indicadores e apresentar proposta de pesos a serem ponderados no modelo,  
32 para distribuição de vagas. **1.1.4. Questionário de Avaliação de resultados do**  
33 **trabalho remoto.** Profa. Jeanne Michel explicou sobre o questionário de avaliação  
34 encaminhado para preenchimento das chefias das unidades da UFSCar, a respeito  
35 das atividades realizadas durante o trabalho remoto, o qual consiste em uma visão  
36 macro do desempenho da unidade. Com isso, quando o trabalho for parcialmente  
37 satisfatório ou insatisfatório, deve-se elencar os motivos de tal avaliação.  
38 Exemplificou com o caso da Gráfica UFSCar, que atingiu um nível insatisfatório  
39 de produção, pois o trabalho não pôde ser executado remotamente, pois o trabalho

40 é totalmente manual e presencial.” Reiterou também que qualquer dúvida sobre o  
41 questionário poderá ser enviada via Central de Serviços. Profa. Jeanne Michel  
42 solicitou, ainda, que os Diretores de Centros estimulem os departamentos e  
43 coordenações de curso a responderem o questionário, para que assim tenha-se  
44 indicadores mais abrangentes possíveis, para eventual apresentação aos órgãos  
45 de controle. **1.1.5. Registro de status de regime de trabalho no Sistema Saguí.**  
46 Outro informe apresentado pela presidência foi o registro de status mensal do  
47 regime de trabalho de cada servidor, pela chefia imediata, no sistema SAGUI. Há  
48 também, proposta de que em 2022, o resumo de frequência mensal, feito  
49 atualmente no sistema SEI, passe a ser realizado na mesma ferramenta do sistema  
50 SAGUI. A intenção é a padronização e a facilitação do registro de frequência e  
51 lançamentos no sistema SIAPE. A auditoria também será facilitada com esse novo  
52 processo. **1.1.6. Serviço de Perícia Médica.** Profa. Jeanne Michel informou que,  
53 no momento, o Serviço de Perícias Médicas da Universidade está com a Médica  
54 Perita em afastamento total para cuidados de sua própria saúde, comprometendo o  
55 atendimento às demandas. Comentou também que, no que se refere a exames  
56 admissionais, considerando que não há um médico do trabalho no quadro, a  
57 ProGPe está envidando esforços para agilizar, tanto quanto possível, as  
58 contratações para atender ao calendário ENPE, que iniciará em janeiro de 2022.  
59 Dessa forma, a Pró-Reitoria está em articulação com outras unidades, como USE e  
60 DEAS/ProACE, para o apoio à realização dos exames admissionais de professores  
61 substitutos. **1.1.7. Disponibilização de IRPF.** A Presidência comunicou que o prazo  
62 para autorização de acesso aos dados da declaração IRPF foi prorrogado até  
63 09/12/2021. A obrigatoriedade de disponibilização se mantém, o que fica opcional  
64 é como as informações serão disponibilizadas. Relembrou que poderá ser utilizado  
65 o aplicativo para celular, “SouGov”, ou o sistema e-patri da CGU. **1.1.8. Comissão  
66 de Implantação do Programa de Gestão.** Profa. Jeanne Michel informou que a  
67 Comissão de Implantação do Programa de Gestão, que é responsável por  
68 implementar o regime de teletrabalho na Universidade, tem tido encontros  
69 frequentes, e já realizou uma minuta de normativas com anexos. A minuta será  
70 disponibilizada pela comissão a uma consulta pública para que a comunidade possa  
71 ler, opinar e sugerir. **1.1.9. Implementação do Comitê de Gestão de Riscos.** A  
72 presidência informou que houve a implementação do Comitê de Gestão de Riscos  
73 da UFSCar. A ProGPe fez uma apresentação sobre mapa de riscos e teve muitos  
74 elogios pela área de gestão de riscos da universidade. A equipe segue monitorando  
75 essas questões. Ponderou também que, na UFSCar, existe uma limitação  
76 quantitativa de servidores técnico-administrativos. Profa. Jeanne Michel ressaltou a  
77 importância de que todas as áreas coloquem a falta de pessoal como um risco em  
78 seus planos, para que assim a informação chegue aos órgãos de controle. Profa.  
79 Jeanne encerra os informes com o reconhecimento de que o ano de 2021 foi difícil,  
80 mas que mesmo assim muitos avanços foram conquistados. O CoGePe é um

81 motivo de comemoração neste fim de ano. **1.2. Comunicações dos Membros.** Arlei  
82 Olavo Evaristo, representante discente da Pós-Graduação, sobre o questionário de  
83 avaliação abordado no item 1.1.4 desta ata, questionou se não seria melhor utilizar  
84 “não avaliado” ao invés de “insatisfatório” para unidades não puderam exercer suas  
85 atividades durante o afastamento relativo a Covid-19. Profa. Jeanne Michel  
86 esclareceu que a avaliação é sobre o trabalho realizado remotamente, e não uma  
87 avaliação de desempenho individual. O objetivo é avaliar o impacto do trabalho  
88 remoto na produção de serviços de cada área. Lissandra Pinhatelli de Britto  
89 (Suplente, B-LS) trouxe uma demanda referente aos estagiários para sua área, pois  
90 no momento as bibliotecas estão fechadas e a demanda não existe, mas com a  
91 reabertura haverá necessidade de auxílio de estagiário nas bibliotecas. A  
92 presidência relatou que a demanda por estagiário é geral dentro da Universidade.  
93 Infelizmente o estágio, em alguns pontos, foge de seu caráter formativo e gera  
94 desvio de função, pela falta de servidores nas áreas. Outro ponto também a ser  
95 lembrado é a falta de orçamento para contratação. Os estagiários contratados  
96 atualmente são para realizar atividades remotas, sem previsão para volta do  
97 trabalho presencial. Profa. Jeanne Michel ressalva ainda que as próximas  
98 contratações serão a partir da aprovação do cronograma orçamentário para 2022.  
99 Prof. Daniel Vendruscolo, ainda sobre o informe 1.1.4., perguntou se o questionário  
100 em questão tem como objetivo avaliar se as entidades da universidade cumpriram  
101 seu papel, se os resultados podem ser usados para avaliar a qualidade do ensino  
102 remoto. A presidência explica que o questionário do item 1.1.4. é simples e colabora  
103 significativamente para mensurar as atividades administrativas, já as atividades  
104 docentes têm outro corpo avaliativo junto à ProGrad. O assunto será retomado  
105 neste Conselho para novas avaliações e discussões. **2. ORDEM DO DIA**  
106 **2.1. Apreciação da Proposta de Minutas de Resolução e Editais de**  
107 **Redistribuição de Cargos (Docente e T.A.), elaboradas pela Comissão**  
108 **designada pelo Ato Adm CoAd nº 123, de 12/04/2021 - proc. SEI nº**  
109 **23112.001703/2019-10.** Profa Jeanne Michel introduz o tema, informando que a  
110 elaboração de normativa e editais de redistribuição de cargos na instituição teve  
111 como ponto de partida uma demanda do Ministério Público Federal. Maria Inez C.  
112 Migliati e Ana Maria C. Laurenti, equipe da DiDP/ProGPe e membros da Comissão  
113 responsável pela elaboração da proposta, apresentaram os tópicos das minutas de  
114 resolução, bem como dos editais de redistribuição de cargos docentes e técnicos-  
115 administrativos no âmbito da UFSCar. Finalizando a Resolução, sem nenhum  
116 comentário pelos conselheiros, Maria Inez passou a detalhar a minuta de edital para  
117 Professor do Magistério Superior, pontuando que a revisão gramatical será  
118 posteriormente realizada. Prof. Daniel Vendruscolo questionou sobre a  
119 obrigatoriedade do fornecimento de dossiê, para os candidatos, pelo setor de  
120 Gestão de Pessoas responsável da IFE de origem. Maria Inez, com a ratificação da  
121 presidência, esclareceu que todos os servidores têm direito a acessar seus

122 assentamentos funcionais, dessa forma, a instituição não pode negar tal  
123 disponibilização. Prof. Daniel Vandrúsculo questionou também, sobre o requisito de  
124 o candidato ter passado pelo menos pela primeira avaliação do estágio probatório.  
125 A presidência esclareceu que o objetivo de tal requisito é evitar a solicitação de  
126 redistribuição imediatamente após o ingresso ao cargo público, uma prática  
127 bastante comum de prestar determinado concurso em localidade diversa do  
128 domicílio, com a intenção de solicitar a movimentação. Também é uma forma de  
129 verificar se o desempenho do interessado foi satisfatório na instituição de  
130 origem. Prof. Daniel Vandrúsculo afirmou que é necessário que haja justificativas  
131 para requisitos que não estão previstos em normativas, e compreende que seja uma  
132 política para proteção das instituições federais. Questionou, ainda, sobre critérios  
133 de pontuação docente, como a nota mínima ser 7 (sete), bem como divisões por  
134 áreas. Destacou que está pacificado na UFSCar, que a soma da pontuação máxima  
135 em cada um dos itens não deve ultrapassar 10 (dez), devendo os pontos serem  
136 distribuídos. Dessa forma, o quadro de pontos acaba direcionando para as áreas de  
137 maior interesse do candidato, gerando desequilíbrios nas somas de pontuações  
138 entre os candidatos. A Presidência agradeceu a ponderação, solicitando que o  
139 conselheiro apresentasse proposta de redação para o tema discutido, para posterior  
140 envio da minuta, para análise do Procurador Federal. Dessa forma, prof. Daniel  
141 transcreveu no chat a seguinte sugestão: *"A tabela de pontuação estabelecida no*  
142 *Anexo III contém os valores limites para cada um dos quesitos e dos grupos. A soma*  
143 *dos pontos obtidos pelos candidatos nos quesitos de cada grupo, ainda que maior,*  
144 *será limitada ao máximo estabelecido para o grupo, assim como a soma dos pontos*  
145 *obtidos pelo candidato nos diversos grupos é limitada a 10 pontos".* Profa. Maria da  
146 Graça Gama Melão, Diretora do CCBS, comentou que passou por situação similar  
147 ao relatado e os candidatos ficaram com notas baixas, mesmo tendo currículo  
148 adequado à seleção. Assim, realizou-se proporção, atribuindo 10 aos melhores  
149 currículos. Prof. Igor José de Renó Machado, representante da categoria Docente  
150 Titular, questionou quanto aos vencimentos. Profa. Jeanne Michel esclareceu que  
151 será considerado o vencimento básico de carreira e as progressões a que os  
152 candidatos façam jus deverão ser individualmente pleiteadas. Outro  
153 questionamento do prof. Igor foi a respeito do modelo de edital utilizado ser o de  
154 professor substituto, especificamente sobre a composição da banca avaliadora,  
155 salientando o caráter temporário do processo seletivo. Sugeriu que para esse  
156 tópico, utilize-se o modelo de edital para professores efetivos, com 5 (cinco)  
157 membros, sendo a maioria externos, a fim de evitar a fragilização jurídica do edital.  
158 Maria Inez esclareceu que a minuta foi examinada por servidor da área jurídica e, à  
159 época, optou-se pela composição mínima de 3 (três) membros. Informou que não  
160 há óbice para a inclusão de 5 (cinco) membros, com maioria de membros externos.  
161 No entanto, salientou que o processo de redistribuição é realizado no interesse da  
162 administração e conveniência do Departamento. A presidência ponderou que está

163 de acordo e acatará às sugestões apresentadas pelos conselheiros e apresentará  
164 nova versão das minutas, após as mudanças propostas. Prof. Henrique Carmona  
165 Duval, vice-diretor do CCN, pontuou que não está clara a atribuição ao  
166 departamento no que se refere à tabela de valoração e designação da banca.  
167 Sugeriu, que as atividades de Extensão tenham maior destaque, pois consta como  
168 uma espécie de anexo ao Ensino. Dessa forma, sugeriu a seguinte redação para o  
169 art. 12º: *"Aprovação, coordenação e participação em programas, projetos e*  
170 *atividades de extensão, com ênfase nas áreas e/ou sub-áreas para as quais esteja*  
171 *pleiteando a redistribuição".* A presidência informou que não há problema em  
172 acrescentar a informação de que a comissão avaliadora deva ser designada pelo  
173 departamento. E concorda com a sugestão acima apresentada. Quanto às  
174 demandas espontâneas, pontuou que continuaram sendo recebidas, no entanto  
175 deve-se orientar que será realizada a abertura de chamadas públicas. Aline de  
176 Almeida Soares, representante da categoria T.A., questionou sobre como será  
177 quantificado a relação entre membro da banca e candidato referente a "amizade  
178 íntima ou inimizade notória com algum dos servidores candidatos ou com os  
179 respectivos cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos e afins até terceiro  
180 grau". A presidência esclareceu que o item foi extraído de normativa vigente que  
181 trata de nepotismo. Trata-se de regra aplicada em todos os editais de concursos e  
182 processos seletivos. Encerrando os comentários para o edital de docentes, Maria  
183 Inez passa a detalhar o edital de chamamento para Técnicos-Administrativos.  
184 Thiago Loureiro, representante da categoria T.A, questionou sobre a possibilidade  
185 de que, ao invés de solicitar o nome civil, o candidato informe o nome social e um  
186 número e documento que o rastreie, a fim de mitigar assédio institucional e  
187 transfobia. Quanto à composição da comissão julgadora, em se tratando de  
188 redistribuição de técnico-administrativo, que a composição seja majoritariamente  
189 T.As e a presidência seja obrigatoriamente da mesma categoria. Já sobre a  
190 valoração, sugeriu que se inclua critérios de titulação e produção acadêmica, visto  
191 que os servidores da instituição são, em geral, altamente qualificados. Profa.  
192 Jeanne Michel ponderou que não encontra dificuldade em fazer ajustes referentes  
193 ao nome social, no entanto, deve-se considerar o aspecto jurídico e burocrático.  
194 Ana Laurenti, acrescentou que o dado de nome civil deve vir juntamente com o  
195 dossiê (SIAPE) exigido para a seleção. Quanto à composição da banca para o  
196 processo T.A., Profa. Jeanne informou que não há impedimento para que a  
197 sugestão seja acatada. Sobre a tabela de valoração, Thiago Loureiro sugeriu a  
198 seguinte redação, no item c, que trata de "currículo": *"Considerar critérios como a*  
199 *titulação do servidor TA (Doutorado, mestrado, especialização, graduação, etc) e*  
200 *demais atividades no bojo do ensino, pesquisa, extensão, administração de acordo*  
201 *com o cargo almejado."* Prof. Henrique Carmona Duval questionou sobre o anexo 2  
202 - tabela de pontuação - informando que se trata de critérios extremamente  
203 subjetivos, não uma tabela que estabelece claramente os critérios e pontuação das

204 atividades de pesquisa e extensão do candidato T.A. A presidência esclareceu que  
205 é mais fácil definir padrão de critérios para o professor do magistério superior, visto  
206 que consiste em uma única carreira. No entanto, para os técnicos-administrativos,  
207 há diferentes cargos e níveis. Dessa forma, pretende-se incluir uma tabela mais  
208 generalizada para o anexo 2. O tema deverá ser discutido com cuidado no âmbito  
209 da comissão. Aline de Almeida Soares questionou se há necessidade de pontuar a  
210 possibilidade de entrevista no item 5, visto que o termo “entrevista” consta apenas  
211 no anexo 2. Reforçou também que a banca seja composta por servidores da mesma  
212 categoria/área. A presidência e membros da comissão concordaram com a  
213 colocação referente ao termo “entrevista”. Sobre critério de pontuação a partir da  
214 análise curricular de titulação, esclareceu-se ainda que deve-se tratar de critério de  
215 desempate a formação adicional ao cargo, como estímulo para qualificação dos  
216 servidores. Assim, profa. Jeanne Michel, agradecendo a apresentação de Maria  
217 Inez e Ana Laurenti, encaminhou que as sugestões serão enviadas à comissão para  
218 revisão das minutas, devendo a proposta ser novamente submetida na próxima  
219 reunião ordinária. **2.2. Apresentação de andamento da Proposta de Minuta de**  
220 **Regimento Interno CoGePe, em elaboração pelo Grupo de Trabalho designado**  
221 **pelo Ato Adm CoGePe nº 06, de 09/11/2021.** Prof. Daniel Vendruscolo inicia a  
222 apresentação relatando que a comissão foi constituída, mas ainda sem uma  
223 presidência ou coordenação oficial, e isso dificultou o início, mesmo através de  
224 reuniões. O rascunho a ser apresentado foi elaborado através de tratativas via  
225 email, elencando pontos a serem aprofundados. Iniciou a exposição do documento,  
226 estruturado por capítulos. Relatou a constituição do colegiado e suas nuances,  
227 destacando que o processo eleitoral, não é usual em muitos conselhos. Prof. Daniel  
228 continua a apresentação elencando cada particularidade dos capítulos. sendo assim:  
229 O Capítulo II - Da Constituição, Elegibilidade e Mandato dos Membros, tem a tarefa  
230 de enviar ao Conselho Universitário uma proposta de Conselho para aprovação,  
231 sendo o mandato dos docentes e técnicos-administrativos de dois anos e dos  
232 discentes de um ano, seguindo o padrão dos colegiados. referiu também sobre a  
233 composição, destacando a representação sindical, como membros ouvintes. A  
234 Presidência ponderou que foi deliberado no ConsUni a participação dos diretores  
235 de campus como membros convidados, além dos sindicatos. Dessa forma, solicitou  
236 ao grupo que acrescente redação sobre as diretorias de campus. Seguindo a  
237 apresentação, Prof. Daniel relatou que o Capítulo III, sobre o processo eleitoral, tem  
238 como base os textos do ConsUni e do CoAd, além de intervenções e adequações  
239 para as necessidades do CoGePe. Os Capítulos IV e V seguem o modelo dos  
240 demais colegiados. Levantou como discussão a publicidade das reuniões, e se os  
241 pontos de pauta serão todos públicos. Outro ponto a ser debatido se refere à  
242 frequência das reuniões e aprovação do calendário, bem como a realização na  
243 modalidade remota. Apresentando o Capítulo VI, também expõe conceitos  
244 padronizados de outros colegiados, mas há em seu parágrafo único uma indicação

245 dos redatores sobre a paridade entre representantes nas câmaras permanentes e  
246 temporárias. O Capítulo VII e VIII, também apresenta texto equiparado a outros  
247 conselhos. Prof. Daniel afirma que o projeto ainda está distante de uma aprovação,  
248 que existem necessidades a serem supridas para seguir para seu deferimento final.  
249 Abrindo assim discussões entre o colegiado sobre os pontos e as nuances do texto.  
250 A presidência parabenizou os relatores pelo trabalho, até aqui, apresentado,  
251 propondo como encaminhamento o compartilhamento da minuta aos membros do  
252 CoGePe, para que, aqueles que tenham interesse, possam inserir seus  
253 apontamentos. Sua versão final, antes de ser submetida ao ConsUni, deverá ser  
254 analisada pela Procuradoria Geral. Marcos Anchieta (Representante Discente)  
255 questionou sobre a representação discente, ponderando ser prejudicial a ínfima  
256 representação e pouco espaço para os discentes no Conselho. Prof. Daniel  
257 Vendruscolo respondeu que a composição é formada por 1 (um) representante de  
258 graduação e 1 (um) de pós-graduação, no total. Profa. Jeanne Michel acrescentou  
259 que a composição se baseia na LDB, assim como os outros colegiados superiores,  
260 sendo 70% docente e 30% entre discentes e servidores técnicos administrativos.  
261 Marcos Anchieta (Representante Discente) propõe que seja cedida uma vaga de  
262 técnico administrativo para representação discente no CoGePe, para que assim  
263 diminua o prejuízo de representante discente no colegiado. Profa. Jeanne Michel  
264 explicou que a quantidade de representantes por categoria já foi definida em pauta  
265 no ConsUni, não cabendo à presidência e aos conselheiros realizar tal alteração.  
266 Prof. Daniel Vendruscolo ponderou que a representação discente deveria ser maior  
267 nos colegiados, mas discorda em que deva ser retirado representação T.A. Propõe  
268 então usar as câmaras assessoras para dar maior espaço a órgãos deliberativos de  
269 estudantes e técnicos administrativos. Na mesma linha, a presidência exemplifica  
270 com a câmara assessora CAEx e seu peso nas decisões e discussões produzidas  
271 no CoEx. Profa. Jeanne Michel, sobre a comissão eleitoral sugere que o fluxo seja  
272 o já usado nos colegiados. Assim o Conselho propõe a comissão e o ConsUni  
273 homologa. Prof. Daniel Vendruscolo pondera que as comissões eleitorais dos  
274 conselhos centrais foram homologadas pela Reitoria, não passando pelos colegiados  
275 e nem tampouco pelo ConsUni, pois o regulamento não prevê. Prof. Ana Cristina,  
276 diretora do CECH, está de acordo com o posicionamento do Marcos Anchieta  
277 (Graduação) mas ressalta que muitas vezes a participação discente extra  
278 graduação é dificultosa por questões financeiras, e isso impede a participação  
279 contínua nas demandas dos conselhos. Há alguma previsão que o documento  
280 passe pelos conselhos de centro ou será encaminhado diretamente às instâncias  
281 superiores. A presidência responde à questão apresentada pela Profa. Ana Cristina  
282 de forma que, não havia pensamentos sobre a apresentação formal aos CoCs, mas  
283 afirma que não existem impedimentos sobre os diretores de centros apresentarem  
284 em seus CoCs. Não esquecendo que existe uma necessidade de conclusão da  
285 minuta de regimento o mais breve possível, pois é necessário aprovação pelas

286 comissões superiores e acrescido no estatuto da universidade. Profa. Dra. Jeanne  
287 Michel sobre o capítulo das competências, existe um estudo que o assessor jurídico  
288 fez comparando as competências do CoAd e o PDI da universidade. Assim  
289 colocando propostas inovadoras aos regimentos vigentes dos colegiados,  
290 apontando questões de equidade, violência e afins. A presidência vai compartilhar  
291 o documento com os membros deste conselho, para que nossas competências  
292 sejam baseadas nesse estudo e assim contemplar questões atuais da gestão de  
293 pessoas. A presidência responde à questão apresentada pelo Prof. Daniel  
294 Vandrúscolo sobre as reuniões públicas em que, processos disciplinares não são  
295 de competência da ProGPe, sendo de competência da CPAD vinculada à Reitoria.  
296 Este conselho tem a competência de julgar políticas de interesse da comunidade  
297 interna da universidade, com isso não teremos processos sigilosos em nossa esfera  
298 colegial. Profa. Dra. Jeanne Michel aponta que a aprovação semestral do calendário  
299 de reuniões facilita a organização. Sobre os participantes virtuais em reuniões  
300 presenciais, tende a ser excludente para quem está remoto, sendo uma queixa  
301 frequente entre os colegiados. Assim as reuniões 100% virtuais tendem a serem  
302 mais democráticas, pois todos nós temos os mesmos direitos de fala e participação.  
303 A proposta da presidência é que as reuniões sejam sempre virtuais, assim  
304 proporcionando a democracia de participação. Sobre a presença obrigatória nas  
305 reuniões do colegiado, é entendimento da presidência que, se a pessoa ao se  
306 candidatar e assim eleita, ao tomar posse assume as responsabilidades perante ao  
307 colegiado e a comunidade universitária, e com isso participar das reuniões é uma  
308 dessas obrigatoriedades. Ressalva que, quando, por causa justificável vier ocorrer  
309 o não comparecimento, é de bom tom comunicar à Secretaria de Apoio e solicitar à  
310 pessoa suplente o comparecimento. Sobre as composições das câmaras técnicas,  
311 a presidência demonstra estar de acordo com a necessidade de tal canal para maior  
312 e melhor representatividade neste conselho. Prof. Fábio Grigoletto (CCN/LS)  
313 comenta sobre o benefício das reuniões integralmente virtuais e seu cunho  
314 democrático. A presidência finaliza parabenizando pela apresentação e esforço de  
315 todas as pessoas na construção de um documento tão importante para este  
316 conselho. Propõe que os comentários apresentados nesta reunião, sejam inseridos  
317 na minuta final. **2.3. Encaminhamentos para constituição de grupo responsável  
318 pela elaboração do Regimento Geral de Pessoas da UFSCar.** Conforme  
319 sugestões dos conselheiros, a deliberação da presente pauta ficou suspensa. Prof.  
320 Daniel Vandrúscolo solicita uma apresentação sobre o conceito geral de um  
321 Regimento Geral de Gestão de Pessoas. Profa. Jeanne Michel fez breve  
322 explanação sobre Regimento Geral de Pessoas, sendo um normativo interno que  
323 estabelece os direitos e deveres dos servidores da instituição, além de definir como  
324 se dará encaminhamento para as diversas solicitações relacionadas a Gestão de  
325 Pessoas e como a universidade trata as demandas. Salientou que o Regimento  
326 Geral de Gestão de Pessoas deverá estar alinhado com o Regimento Geral da



327 UFSCar. Assim, a presidência agradeceu a presença e colaboração dos senhores  
328 conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual, eu, Letícia de  
329 Oliveira dos Santos, na qualidade de secretária, redigi a presente ata, que assino,  
330 após ser aprovada e assinada pela Sra. presidente e demais conselheiros.

### 331 **MEMBROS PRESENTES**

332 **Presidente** - Profa. Dra. Jeanne Liliane Marlene Michel (Pró-Reitora de Gestão de  
333 Pessoas). **Vice-Presidente** - Antônio Roberto de Carvalho (Pró-Reitor Adjunto de  
334 Gestão de Pessoas). **Convidados** - Efetivo/Suplente: Profa. Paula Serrão  
335 (DFisio/ADUFSCar) em substituição a Fernanda Castelano Rodrigues (ADUFSCar);  
336 Karina Martins (DCamp-So/Suenylsen); Alberto Luciano Carmassi (DCamp-Lagoa  
337 do Sino). **Diretorias de Centros Acadêmicos** - Efetivo/Suplente: Guillermo A.  
338 Lobos Villagra (Suplente - CCET); Maria da Graça Gama Melão (CCBS); Ana  
339 Cristina Juvenal da Cruz (CECH); Ricardo Toshio Fujihara (CCA); Marystela  
340 Ferreira (Suplente - CCTS); André Cordeiro Alves dos Santos (CCHB); Mônica  
341 Fabiana B.M. Thiersch (Suplente - CCGT); Henrique Carmona Duval (Suplente -  
342 CCN). **Representantes da Categoria Docente** - Efetivo/Suplente: Nathália  
343 Margarita Mayer Denari Petrilli (UAC/ProACE); César Alves Ferragi (CCHB/So);  
344 Fábio Grigoletto (CCN/LS); Mellina Yamamura - (Suplente - DEnf/CCBS); Daniel  
345 Vendruscolo (DM/CCET); Tatiana de Oliveira Sato (DFisio/CCBS); Cristina Paiva de  
346 Sousa (Suplente - CCET); Fernando Menezes de Almeida Filho (Suplente -  
347 DECiv/CCET); Igor José de Renó Machado (DCSo/CECH). **Representantes**  
348 **Categoria Técnicos-Administrativos** - Efetivo/Suplente: Aline de Almeida Soares  
349 (DCNME-Ar/CCA); Aline Elena Carneiro do Nascimento (DCamp-LS); Lissandra  
350 Pinhatelli de Britto (Suplente - B-LS); Thiago Loureiro (DMed/CCBS); Luciane  
351 Cristina de Oliveira (Suplente - DS/CECH); Cristina Aparecida Motta (Suplente -  
352 PPGQ/CCET); Ofir Paschoalick Castilho Madureira (Suplente - DeEG-So/ProGrad).  
353 **Representantes Discentes Graduando e Pós-Graduando** - Efetivo/Suplente:  
354 Arlei Olavo Evaristo (PPGGOSP); Marcos Anchieta (Graduação em Geografia).